
	INSTITUTO MÍNIMA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Código do Doc: POL-LGPD-01 Data: 01/06/2026 Revisão: 01 Pág/Pág(s): Página 1 de 9
Título: POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - INSTITUTO MÍNIMA		

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

INSTITUTO MÍNIMA


Código	POL-LGPD-01	Revisão	01
Título	POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Área responsável	Administração / Proteção de Dados
Tipo de documento	Política / Procedimento	Aplicação	Pacientes, clientes, colaboradores e terceiros
Elaborado por	Suellen Ferreira	Data	01/06/2026
Revisado por	Alice Bertelli	Data	01/06/2026
Aprovado por	André Bertelli	Data	01/06/2026

Documento elaborado em modelo de procedimento institucional, com campos de controle, histórico de revisão, diretrizes operacionais e responsabilidades relacionadas à privacidade, sigilo e proteção de dados pessoais no Instituto Mínima.

	INSTITUTO MÍNIMA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Código do Doc: POL-LGPD-01 Data: 01/06/2026 Revisão: 01 Pág/Pág(s): Página 2 de 9
Título: POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - INSTITUTO MÍNIMA		

SUMÁRIO

1. Objetivo
2. Introdução
3. Abrangência e aplicação
4. Encarregado pelo tratamento de dados pessoais
5. Definições
6. Sobre o Instituto Mínima
7. Princípios e bases gerais de tratamento
8. Operações de tratamento executadas
9. Direitos do titular de dados
10. Segurança, sigilo e confidencialidade
11. Uso de canais digitais, WhatsApp, site e redes sociais
12. Incidentes de segurança
13. Registros e guarda documental
14. Alterações desta política
15. Histórico de revisões e aprovações

	INSTITUTO MÍNIMA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Código do Doc: POL-LGPD-01 Data: 01/06/2026 Revisão: 01 Pág/Pág(s): Página 3 de 9
Título: POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - INSTITUTO MÍNIMA		

1. OBJETIVO

Estabelecer as diretrizes de privacidade, sigilo, proteção de dados pessoais e proteção de dados pessoais sensíveis aplicáveis ao Instituto Mínima, orientando a coleta, utilização, armazenamento, compartilhamento, acesso, segurança, eliminação e demais operações de tratamento realizadas no contexto assistencial, administrativo, financeiro, comercial e institucional da clínica.

Esta Política tem como objetivo comunicar de forma transparente aos pacientes, clientes, acompanhantes, colaboradores, prestadores de serviços, parceiros e demais titulares de dados como suas informações pessoais são tratadas, quais direitos podem ser exercidos e quais medidas são adotadas para preservar a confidencialidade, a integridade e a segurança dos dados.

2. INTRODUÇÃO

O Instituto Mínima entende que seus pacientes e clientes estão cada vez mais conscientes e preocupados com a privacidade de suas informações pessoais. Assim como eles, o Instituto Mínima também leva esse compromisso muito a sério.

O Instituto Mínima reconhece que a privacidade e a proteção dos dados pessoais são responsabilidades permanentes. Por isso, esta Política de Privacidade poderá ser atualizada de tempos em tempos, sempre que houver evolução nas práticas internas, adoção de novas tecnologias, alterações legais ou aprimoramento dos processos de proteção de dados.

Esta Política de Privacidade, aqui denominada POLÍTICA, foi criada para comunicar de forma transparente como o Instituto Mínima está comprometido com a proteção da privacidade, do sigilo e da segurança das informações pessoais de seus pacientes, clientes, acompanhantes, colaboradores e demais titulares de dados.

Esta POLÍTICA esclarece os procedimentos e práticas relacionados à coleta, utilização, armazenamento, compartilhamento e proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, especialmente aqueles relacionados à saúde, prontuários, exames, procedimentos, imagens, atendimentos presenciais e digitais. Também detalha os direitos dos pacientes como titulares de dados e demonstra a forma como o Instituto Mínima zela pela integridade, confidencialidade e segurança das informações armazenadas, em conformidade com o princípio da TRANSPARÊNCIA e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei nº 13.709/2018.


Esta POLÍTICA se aplica a todos os pacientes, clientes, acompanhantes, colaboradores, prestadores de serviços e parceiros que se relacionam com o Instituto Mínima, explicando como e por que as informações pessoais são coletadas, recebidas, utilizadas e protegidas.

Em cumprimento à LGPD, abaixo está disponibilizado o contato do ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS do Instituto Mínima, para o caso de dúvidas, solicitações, preocupações ou manifestações relacionadas à privacidade e à proteção de dados pessoais.

3. ABRANGÊNCIA E APLICAÇÃO

Esta Política aplica-se a todos os processos, setores, sistemas, documentos, controles, atendimentos presenciais e digitais, registros clínicos, prontuários, comunicações, ações de relacionamento e demais atividades do Instituto Mínima que envolvam tratamento de dados pessoais ou dados pessoais sensíveis.

Estão abrangidos por esta Política os dados pessoais de pacientes, clientes, acompanhantes, responsáveis legais, colaboradores, candidatos a vagas, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros técnicos, visitantes e demais pessoas naturais que se relacionem com a clínica.

	INSTITUTO MÍNIMA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Código do Doc: POL-LGPD-01 Data: 01/06/2026 Revisão: 01 Pág/Pág(s): Página 4 de 9
Título: POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - INSTITUTO MÍNIMA		

4. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Em cumprimento à LGPD, o Instituto Mínima disponibiliza o contato do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, responsável por receber solicitações, dúvidas, reclamações e comunicações relacionadas à privacidade e proteção de dados pessoais.

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais	Dr. André Bertelli
Telefone/WhatsApp	55(34)99973-0616
E-mail	Financeiro.institutominima@gmail.com

As solicitações dos titulares deverão ser encaminhadas preferencialmente por e-mail, WhatsApp institucional ou outro canal oficial indicado pela clínica.

5. DEFINIÇÕES

Dados pessoais: informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável, como nome, CPF, RG, data de nascimento, endereço, telefone, e-mail, profissão, dados financeiros e informações cadastrais.

Dados pessoais sensíveis: dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical, saúde, vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculados a uma pessoa natural. No contexto do Instituto Mínima, destacam-se especialmente dados de saúde, dados clínicos, dados relacionados à vida íntima, exames, imagens corporais ou íntimas e informações sobre tratamentos.

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais tratados.

Tratamento de dados: toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, armazenamento, arquivamento, eliminação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Controlador: pessoa natural ou jurídica a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Para os dados tratados em suas atividades assistenciais, administrativas e comerciais, o Instituto Mínima atua como controlador.

Operador: pessoa natural ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para realização das finalidades informadas.


Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade determinada, quando aplicável.

Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis para impedir a identificação direta ou indireta do titular.

6. SOBRE O INSTITUTO MÍNIMA

O Instituto Mínima é uma clínica médica voltada ao cuidado integral, personalizado e de alta qualidade, com atuação em saúde da mulher, saúde do homem, ginecologia, urologia, andrologia, estética facial, estética corporal, estética íntima, medicina funcional, terapias injetáveis, protocolos de longevidade e procedimentos de saúde e bem-estar.

A clínica possui estrutura composta por corpo clínico, enfermagem, estética, recepção presencial, recepção digital, administrativo e financeiro, com rotinas direcionadas à experiência premium, segurança assistencial, sigilo profissional, organização dos registros e conformidade legal.

	INSTITUTO MÍNIMA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Código do Doc: POL-LGPD-01 Data: 01/06/2026 Revisão: 01 Pág/Pág(s): Página 5 de 9
Título: POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - INSTITUTO MÍNIMA		

Em razão da natureza dos serviços prestados, é indispensável o tratamento de determinadas informações pessoais e sensíveis dos pacientes, sempre observando os princípios da finalidade, necessidade, segurança, prevenção, transparência, qualidade dos dados e responsabilização.

7. PRINCÍPIOS E BASES GERAIS DE TRATAMENTO

O tratamento de dados pessoais pelo Instituto Mínima deverá observar os princípios previstos na LGPD, incluindo finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

As operações de tratamento poderão se apoiar em bases legais como execução de contrato ou de procedimentos preliminares, cumprimento de obrigação legal ou regulatória, tutela da saúde, proteção da vida ou da incolumidade física, exercício regular de direitos, legítimo interesse, proteção ao crédito e consentimento, conforme a finalidade e a natureza da operação.

Dados pessoais sensíveis relacionados à saúde, vida íntima, imagens clínicas, exames e procedimentos terão proteção reforçada e somente poderão ser tratados quando houver finalidade legítima, necessidade assistencial, obrigação legal, tutela da saúde, consentimento específico quando aplicável ou outra hipótese legal adequada.

8. OPERAÇÕES DE TRATAMENTO EXECUTADAS

8.1 Coleta e recepção de dados

A coleta de dados pessoais pode ocorrer antes, durante ou após o atendimento, por meio de canais presenciais e digitais, incluindo recepção, telefone, WhatsApp, formulários, sistemas de agendamento, prontuário, e-mail, redes sociais, campanhas de relacionamento, documentos físicos, documentos digitais e interações com a equipe.


No primeiro contato, agendamento ou atendimento digital, poderão ser coletadas informações como nome completo, telefone, e-mail, data de nascimento, sexo, tipo de atendimento desejado, área de interesse, forma de pagamento, dados de convênio quando aplicável, preferências de agenda e mensagens, áudios, imagens ou documentos enviados espontaneamente pelo paciente.

No atendimento presencial, cadastro clínico ou abertura de prontuário, poderão ser coletados ou confirmados dados como CPF, RG ou documento equivalente, endereço, profissão, estado civil, dados de responsável legal, histórico clínico, queixas, sintomas, objetivos do paciente, exames, laudos, prescrições, receitas, informações de saúde física, hormonal, ginecológica, urológica, estética ou funcional, informações sobre procedimentos, fotografias, vídeos ou imagens clínicas quando necessários e autorizados, dados financeiros, notas fiscais, recibos e comprovantes de pagamento.

A finalidade da coleta é permitir a prestação adequada dos serviços de saúde, a identificação correta do paciente, o agendamento, o atendimento clínico, a execução de procedimentos, o acompanhamento pré e pós-procedimento, o cumprimento de obrigações legais, regulatórias, sanitárias, fiscais, contábeis e assistenciais, além da melhoria da experiência do paciente.

8.2 Armazenamento e arquivamento

Os dados pessoais e sensíveis coletados poderão ser armazenados em sistema de gestão clínica, prontuário físico ou eletrônico, agenda de atendimentos, plataforma de atendimento digital, arquivos administrativos e financeiros, documentos físicos, formulários clínicos, termos de consentimento, sistemas de emissão fiscal, backups, ambientes seguros de tecnologia e controles internos necessários à gestão da rotina.

	INSTITUTO MÍNIMA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Código do Doc: POL-LGPD-01 Data: 01/06/2026 Revisão: 01 Pág/Pág(s): Página 6 de 9
Título: POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - INSTITUTO MÍNIMA		

O armazenamento será realizado pelo tempo necessário ao cumprimento das finalidades informadas, observadas as obrigações legais, regulatórias, fiscais, sanitárias, assistenciais e de defesa de direitos. Documentos físicos deverão ser mantidos em local seguro, com acesso restrito a pessoas autorizadas. Documentos digitais deverão ser protegidos por controles de acesso, senhas, perfis de usuário, backups e medidas de segurança compatíveis com a sensibilidade das informações.

8.3 Produção de documentos e informações

Durante a jornada do paciente, o Instituto Mínima poderá produzir documentos e registros necessários à assistência, segurança, qualidade, rastreabilidade e continuidade do cuidado, tais como prontuário, ficha de anamnese, registros de consulta, prescrições, receitas, atestados, pedidos de exames, laudos, termos de consentimento, termos de ciência e responsabilidade, formulários pré e pós-procedimento, orientações clínicas, registros de enfermagem, registros de estética, protocolos terapêuticos, registros de terapias injetáveis, registros de implantes ou procedimentos hormonais quando aplicável, bioimpedância e avaliações corporais, fotografias ou imagens de evolução quando necessárias e autorizadas, orçamentos, recibos, notas fiscais, comprovantes e registros de atendimento por WhatsApp, telefone ou canais digitais.

Esses documentos serão utilizados para identificação segura do paciente, registro da conduta profissional, acompanhamento da evolução, comprovação de orientações prestadas, cumprimento de normas profissionais, garantia da segurança assistencial e defesa dos direitos da clínica, dos profissionais e do próprio paciente.

8.4 Transferência e transmissão de dados

O Instituto Mínima poderá compartilhar ou transmitir dados pessoais e sensíveis apenas quando houver finalidade legítima, necessidade, base legal adequada ou obrigação legal/regulatória. O compartilhamento será limitado aos dados estritamente necessários para a finalidade pretendida.


Poderão receber dados pessoais, conforme o caso, profissionais de saúde envolvidos no atendimento, equipe de enfermagem, equipe de estética, recepção presencial e digital, setor financeiro e administrativo, laboratórios de análises clínicas, fornecedores técnicos vinculados ao procedimento, operadoras de saúde ou convênios quando aplicável, empresas de sistema de gestão clínica, plataformas de atendimento digital, empresas de tecnologia da informação, serviços de armazenamento em nuvem e backup, contabilidade, instituições financeiras, meios de pagamento, assessorias jurídicas, autoridades públicas, fiscais, sanitárias, regulatórias ou judiciais, conselhos profissionais e empresas de arquivamento seguro quando contratadas.

O Instituto Mínima não comercializa dados pessoais de pacientes e não autoriza o uso de dados de saúde para finalidades alheias à prestação do serviço sem fundamento legal adequado.

8.5 Acesso, utilização, modificação e processamento

O acesso aos dados pessoais será restrito às pessoas que necessitam das informações para executar suas atividades profissionais. Cada colaborador, prestador ou parceiro deverá acessar apenas os dados compatíveis com sua função. O Instituto Mínima poderá adotar perfis de acesso, senhas individuais, registros de operação, políticas internas e controles administrativos para reduzir riscos de acesso indevido.

Os dados poderão ser utilizados para agendamento de consultas e procedimentos, confirmação de presença, cadastro do paciente, triagem administrativa, atendimento clínico, avaliação médica, estética ou funcional, execução de procedimentos, acompanhamento pré e pós-procedimento, envio de orientações, contato sobre continuidade do cuidado, relacionamento com o paciente, emissão de documentos clínicos, emissão de nota fiscal, cobrança, faturamento, gestão de convênios quando aplicável, auditoria interna de qualidade, melhoria da experiência do paciente, cumprimento de exigências legais, fiscais, sanitárias e regulatórias e defesa de direitos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais.

	INSTITUTO MÍNIMA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Código do Doc: POL-LGPD-01 Data: 01/06/2026 Revisão: 01 Pág/Pág(s): Página 7 de 9
Título: POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - INSTITUTO MÍNIMA		

É proibido compartilhar senhas, utilizar acessos de terceiros, expor telas, fotografar prontuários, encaminhar documentos por canais não oficiais ou tratar dados de pacientes para fins pessoais.

8.6 Extração de dados e relatórios

O Instituto Mínima poderá extrair relatórios, listas e indicadores a partir de seus sistemas e controles internos para finalidades administrativas, assistenciais, financeiras, comerciais e de qualidade, tais como gestão da agenda, confirmação de consultas, acompanhamento de pacientes, análise de recorrência, indicadores de atendimento, pesquisa de satisfação, NPS, gestão financeira, faturamento, auditoria interna, planejamento de estoque, campanhas de relacionamento e melhoria de processos.

Sempre que possível, relatórios gerenciais e apresentações deverão utilizar dados anonimizados ou agregados, evitando identificação direta de pacientes. Relatórios extraídos para uso temporário deverão ser excluídos ou arquivados de forma segura após o cumprimento da finalidade.

8.7 Eliminação de dados

A eliminação de dados pessoais somente ocorrerá quando encerrada a finalidade do tratamento e quando não houver obrigação legal, regulatória, contratual, fiscal, sanitária, assistencial ou necessidade de preservação para defesa de direitos.

Dados clínicos, prontuários e documentos assistenciais deverão observar os prazos legais de guarda aplicáveis à área da saúde. Quando a eliminação for permitida, o Instituto Mínima deverá adotar método seguro, proporcional ao suporte utilizado, evitando recuperação indevida, acesso não autorizado ou exposição de informações.

8.8 Reprodução, distribuição, comunicação, avaliação ou controle da informação


O Instituto Mínima somente realizará reprodução, distribuição, comunicação, avaliação ou controle de dados pessoais quando tais operações forem necessárias para prestação dos serviços de saúde, segurança assistencial, registro em prontuário, faturamento, emissão de documentos, auditorias internas, controle de qualidade, cumprimento de obrigações legais, defesa de direitos, relacionamento autorizado com o paciente ou melhoria dos serviços prestados.

A divulgação de fotos, vídeos, depoimentos, imagens de antes e depois, registros de procedimentos ou qualquer conteúdo que possa identificar o paciente somente poderá ocorrer mediante autorização válida, específica e documentada, respeitando a ética profissional, a legislação aplicável e as normas internas do Instituto Mínima.

9. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS

Nos termos da LGPD, o titular dos dados pessoais poderá solicitar ao Instituto Mínima a confirmação da existência de tratamento, acesso aos dados, correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados, anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei, portabilidade quando aplicável, informação sobre compartilhamento, informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e suas consequências, revogação do consentimento quando esta for a base legal utilizada, revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado quando aplicável e eliminação de dados tratados com base no consentimento, respeitadas as hipóteses legais de conservação.

As solicitações deverão ser encaminhadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais indicado nesta POLÍTICA. Para segurança do titular, o Instituto Mínima poderá solicitar informações ou documentos adicionais para confirmação da identidade do solicitante, prevenindo fraude, acesso indevido ou entrega de dados a pessoa não autorizada.

	INSTITUTO MÍNIMA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Código do Doc: POL-LGPD-01 Data: 01/06/2026 Revisão: 01 Pág/Pág(s): Página 8 de 9
Título: POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - INSTITUTO MÍNIMA		

Algumas solicitações poderão não ser atendidas integralmente quando houver obrigação legal de retenção, necessidade de preservação de prontuário, cumprimento de normas profissionais, proteção da vida, tutela da saúde, prevenção à fraude ou exercício regular de direitos.

10. SEGURANÇA, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

O Instituto Mínima adota o sigilo como princípio essencial de sua atuação. Todas as informações relacionadas a pacientes, prontuários, exames, diagnósticos, tratamentos, imagens, dados de contato, pagamentos, conversas de WhatsApp, áudios, fotos, vídeos e documentos são confidenciais.

São medidas esperadas e adotadas pela clínica: acesso restrito aos dados, uso de senhas individuais, controle de permissões por função, orientação de colaboradores, obrigação de sigilo, uso de canais oficiais de atendimento, cuidado com telas, documentos impressos e arquivos físicos, organização de documentos clínicos e administrativos, backup quando aplicável, vedação de compartilhamento indevido, descarte seguro de documentos, tratamento de dados pelo mínimo necessário, registro adequado das informações relevantes e comunicação imediata de incidentes, falhas ou suspeitas de vazamento.

Colaboradores, prestadores, parceiros e terceiros deverão manter confidencialidade sobre todas as informações obtidas durante sua atuação, inclusive após o término do vínculo com o Instituto Mínima.

11. USO DE CANAIS DIGITAIS, WHATSAPP, SITE E REDES SOCIAIS

Caso o Instituto Mínima utilize site, formulários digitais, redes sociais, anúncios, WhatsApp, plataformas de agendamento ou ferramentas de atendimento online, poderá coletar dados fornecidos diretamente pelo titular ou gerados pela interação digital.

Esses dados poderão ser utilizados para responder solicitações, realizar agendamentos, enviar informações institucionais, direcionar o atendimento, melhorar a experiência digital, medir desempenho de campanhas, cumprir obrigações legais e manter relacionamento com o paciente.

O uso de imagens, depoimentos, registros de procedimentos, conversas ou informações de pacientes em redes sociais, campanhas, treinamentos ou materiais institucionais depende de autorização válida, finalidade específica e respeito à privacidade, à ética profissional e à legislação aplicável.


12. INCIDENTES DE SEGURANÇA

Caso ocorra incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, o Instituto Mínima adotará medidas para avaliar o ocorrido, conter os efeitos, registrar a ocorrência, comunicar os envolvidos quando necessário e cumprir as obrigações perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados e demais órgãos competentes, conforme a legislação aplicável.

Colaboradores, prestadores e parceiros deverão comunicar imediatamente à direção ou ao Encarregado qualquer suspeita de acesso indevido, perda de documentos, envio equivocado, vazamento, uso inadequado de dados ou falha de segurança.

13. REGISTROS E GUARDA DOCUMENTAL

Os registros relacionados à aplicação desta Política, solicitações de titulares, autorizações, termos de consentimento, documentos clínicos, prontuários, comunicações relevantes, incidentes, evidências de treinamento e

	INSTITUTO MÍNIMA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Código do Doc: POL-LGPD-01 Data: 01/06/2026 Revisão: 01 Pág/Pág(s): Página 9 de 9
Título: POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - INSTITUTO MÍNIMA		

controles de acesso deverão ser mantidos conforme necessidade operacional, exigência legal, orientação profissional e critérios internos da clínica.

A guarda documental deverá respeitar os prazos legais e regulatórios aplicáveis à área da saúde, bem como a necessidade de preservação de informações para continuidade do cuidado, segurança assistencial, comprovação de orientações e exercício regular de direitos.

14. ALTERAÇÕES DESTA POLÍTICA

Esta Política de Privacidade poderá ser revisada e atualizada sempre que houver alteração legal, regulatória, assistencial, tecnológica, operacional ou organizacional, bem como diante da criação de novos serviços, procedimentos, sistemas, canais digitais ou práticas internas de tratamento de dados.

A versão atualizada deverá ficar disponível aos titulares por meio dos canais oficiais definidos pelo Instituto Mínima. Esta POLÍTICA entra em vigor a partir de sua aprovação pela Direção.

15. HISTÓRICO DE REVISÕES E APROVAÇÕES

Versão	Data	Alterações	Responsável
01	01/06/2026	Emissão inicial da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	_____

Elaborado por: _____ Data: __/__/____

Revisado por: _____ Data: __/__/____

Aprovado por: _____ Data: __/__/____